



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Data: 24 de fevereiro de 2021.

1 Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de 2021, em decorrência da pandemia ocasionada
2 pelo novo coronavírus – COVID 19, e a impossibilidade temporária de realização de reuniões
3 presenciais, foi realizada reunião ordinária deste Conselho de Assistência Social por meio de
4 videoconferência, utilizando a plataforma google.meet. Participaram da presente reunião os
5 seguintes conselheiros e conselheiras: Jacqueline Marçal Micali, Gisele de Cassia Tavares,
6 Rosemeiri Felix de Barros, Adriana da Cruz Barrozo, Josiani Severino dos Santos Nogueira,
7 Edsonia Jadma Marcelino de Souza, Gisélia Duarte Dias Paulino, Luciana Ferreira
8 Alvarez, Rodrigo Santana Contessoto, Alexander Korgut, Aparecida de Fátima G. Lemos, Soraya
9 de Paula Garcia de Campos, Ordália de Fátima Braganholi Ferreira, Angela Maria Zechim
10 Luziano da Silva, Carlos da Silva, Leonardo Aparecido Gomes, Aldeneide Fernandes da Silva.
11 Transcorrido o tempo para a segunda convocação, a presidenta do Conselho Soraya de Paula
12 Garcia de Campos deu início à reunião às 13h45, saudando os presentes e submetendo a seguinte
13 pauta à deliberação da plenária: 1. Apresentação e aprovação da pauta; 2. Aprovação de Atas; 3.
14 Prestação de Contas do Programa Bolsa Família – PBF e Cadastro Único referente ao ano de
15 2020; 4. Apresentação do Plano Intersetorial do PBF para o ano de 2021; 5. Prestação de Contas
16 dos recursos executados na Unidade Orçamentária – FMAS (terceiro quadrimestre -2020); 6.
17 Vacinação para trabalhadores do SUAS; 7. Relato de Comissões; 8. Recomposição das
18 Comissões; 9. Informes. Foi solicitada a supressão do item 5, relativo à prestação de contas e que
19 se abrisse para relato e informação sobre o cartão alimentação. A pauta foi aprovada com essas
20 alterações. Passou-se na sequência ao ponto 2, relativo à aprovação de atas, sendo submetida a
21 ata nº 15, de 23 de setembro de 2020. A conselheira Gisele referiu que a conselheira Angela
22 apresentou solicitação de que informações adicionais sobre os valores repassados na prestação
23 de contas dos pisos estaduais fossem inseridas na ata em discussão. Ressaltou que não teve
24 condições de fazê-lo em tempo para esta reunião, mas se comprometeu em realizar as inserções
25 solicitadas, tendo em vista que o conteúdo é o mesmo que já foi enviado aos membros deste
26 conselho, sugerindo que após a inserção houvesse novo envio aos conselheiros. A conselheira
27 Edsonia também apresentou correções, as quais foram feitas já no corpo da referida ata. Não
28 havendo mais alterações, a ata foi aprovada com as inserções sugeridas por Angela e Edsonia,
29 com a abstenção da conselheira Luciana Alvarez, em razão de não ter estado presente na referida
30 reunião. O conselheiro Carlos lembrou que Angela e ele estiveram como representantes do
31 CMAS em atividade referente ao Plano Diretor realizada na UNICESUMAR. Solicita
32 manifestação quanto à necessidade de relatarmos essa participação. Definiu-se que a conselheira
33 Angela passará esse informe no final desta reunião. Iniciado, então, o ponto 3 da pauta, sobre a
34 Prestação de Contas do Programa Bolsa Família – PBF e Cadastro Único referente ao ano de
35 2020 pelo coordenador de Cadastro Único e Gestão de Benefícios na GTR - Rodrigo Barros.
36 Seguindo o compromisso assumido de enviar mensalmente as informações ao CMAS, Rodrigo
37 justificou que, como não houve ainda a apresentação referente ao mês de dezembro de 2020,
38 passaria a fazê-lo antes de falar dos meses deste ano de 2021. Referiu que, desde junho, mês em
39 que iniciaram esse movimento, foram utilizadas 20 sedes de atendimento em cadastro único.



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

40 Parte dessas sedes ainda estão disponibilizadas neste momento. Lembrou que o conselho aprovou
41 a utilização de recursos do IGD para o pagamento de horas extras e informou sobre essa
42 realização, dizendo que foram utilizadas para a busca ativa ao público de BPC e Bolsa Família,
43 bem como para atualizações e inserções no Cadastro Único. Apresentou os dados dessas
44 atividades. No mês de dezembro de 2020 foram feitos 3.037 agendamentos, resultando em 2.625
45 atendimentos (2.095 para atualização cadastral e 530 para inclusão). Foi registrado não
46 comparecimento de 412 pessoas (13,6% do total agendado). Os recursos utilizados no mês foram
47 no valor de R\$ 22.771,39, tendo-se efetuado 1.575 buscas ativas. Foram realizados 108
48 atualizações e 31 inclusões por meio das horas extras de segunda a sexta-feiras e 284 atualizações
49 e 40 inclusões por meio das horas extras realizadas aos sábados. Em janeiro foram realizados
50 2.876 agendamentos, que geraram 2.531 atendimentos (2.050 para atualização e 481 para
51 inclusão). Houve o registro de 345 não comparecimentos (12% do total agendado). Foram
52 realizadas 1.327 buscas ativas. Utilizou-se em horas-extras o valor de R\$ 21.124,64, tendo-se
53 realizado 119 atualizações e 16 inclusões nas horas realizadas de segunda a sexta-feiras e 199
54 atualizações e 43 inclusões nas horas realizadas aos sábados. Rodrigo também mencionou a
55 importância do trabalho dos temporários no avanço dos números de atendimento. O conselheiro
56 Carlos perguntou sobre o impacto da pandemia nos atendimentos relativos ao Cadastro Único,
57 presenciais e telefônicos (ou virtuais), se houve redução ou aumento. Rodrigo mencionou que
58 relatório que será apresentado ainda hoje traz um comparativo de 2020 em relação a 2019. Disse
59 que houve certa redução, que se justifica pelo intervalo de mais de 30 minutos entre os
60 atendimentos. Também informou que foi liberado que atualizações fossem realizadas por via
61 telefônica para público mais vulnerável à pandemia. Afirmou que, via de regra, em detrimento
62 das dificuldades e da ampliação do tempo de atendimento, houve grande alcance em 2020. Carlos
63 manifestou que essa informação é importante para os usuários e agradeceu. A gerente Meire se
64 apresentou e passou a apresentar o relatório anual do Cadastro Único e Bolsa Família e também
65 o plano intersetorial. O relatório e o plano foram elaborados pela Coordenação Intersetorial do
66 Programa Bolsa Família. Referiu o objetivo do Cadastro Único e que não é um instrumento
67 exclusivo do Programa Bolsa Família, mas que é utilizado pela Saúde e Educação também, além
68 de outras políticas. Referiu que em dezembro de 2020 a base do Cadastro Único de Londrina
69 possuía 56.869 famílias, 138.674 pessoas. Que em março houve a retomada da descentralização
70 do atendimento, após unificação do cadastramento em que se deixou de fazê-lo no CRAS.
71 Informou alguns postos de cadastramento, referindo que um dos arquivos disponibilizados aos
72 conselheiros traz toda a relação. Referiu que o atendimento de cadastro único, que era feito em
73 meia hora, passou para uma hora, que o agendamento, que era somente presencial, passou a ser
74 feito por telefone, via Central de Agendamento. Apresentou as seguintes informações sobre
75 2020: são 25 servidores, sendo desses 22 entrevistadores; 13 estagiários, embora tenha-se
76 encerrado o ano com apenas 7 estagiários em razão do encerramento de contratos; 15
77 entrevistadores temporários. Apresentou gráficos que compararam dados do Cadastro Único de
78 2019 e 2020. Meiri informou que em 2020 houve a suspensão de aferição das condicionalidades
79 do Programa Bolsa Família. Que esse benefício tem como pressuposto melhorar as condições de
80 vida da população, contribuir para a redução do ciclo de pobreza e aumentar o acesso. Por isso a



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

81 necessidade de ação integrada das políticas. Também mencionou que em 2020 houve suspensão
82 do pagamento em razão do auxílio emergencial. Destacou o Decreto Municipal 572/2015, que
83 criou a coordenação municipal intersetorial, com um representante da Assistência Social, um da
84 Saúde e um da Educação. Essa coordenação se reúne bimestralmente para planejar e avaliar as
85 ações de forma integrada, sendo atualmente composta por Meiri, Ivana e Ylséia. Meiri informou
86 que a atualização do Cadastro Único é obrigatória a cada 2 anos ou sempre que houver mudanças
87 na situação da família. Mencionou que houve a necessidade de contratação de 15 trabalhadores
88 temporários por meio de teste seletivo realizado em regime de urgência, que essa contratação é
89 por três meses, prorrogável por mais três, havendo a previsão de permanência dos trabalhadores
90 assim contratados até o mês de março. Com isso houve possibilidade de ampliar o atendimento
91 nos territórios. Alguns, que compõem público mais vulnerável não acessam, não procuram o
92 atendimento, levam à necessidade de realização de busca. Avaliou que a vinda dos trabalhadores
93 permitiu reduzir o tempo de espera pelo atendimento do Cadastro Único e a realização dessa
94 busca por telefone e também por correspondências. Referiu que, na base há muitas famílias que
95 estão no critério do Bolsa Família, mas que não recebem o benefício e que há um déficit de
96 cobertura, pois o governo ainda considera os dados do Censo de 2010 para os cálculos relativos
97 aos municípios. Informou ao conselho que o monitoramento da demanda é papel da gerência pela
98 qual responde e que também a capacitação das equipes, que acabaram ocorrendo em menor
99 escala. Informou que as ações da gerência no ano de 2020 se voltaram mais para a gestão do
100 Cadastro e a oferta de atendimento a fim de se evitar perda de acesso a benefícios ou serviços.
101 Por fim, referiu que o Relatório traz menção à utilização dos recursos do IGD no ano. Apresentou,
102 na sequência, o plano para 2021, utilizando-se de material projetado. O Plano mostra a
103 necessidade de integração das três políticas na gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro
104 Único. Além dessa integração, é necessário que haja estrutura para a atuação das áreas. Os dados
105 mostram que, das famílias inseridas no cadastro único em Londrina 50% vivem em condição de
106 extrema pobreza e que são mais de 43 mil famílias em situação de pobreza. O Cadastro Único
107 traz uma fotografia dessa realidade, da situação de pobreza e extrema pobreza. Assim, é preciso
108 manter a condição de atendimento, primando pela descentralização. A manutenção desse serviço
109 requer pessoal em número suficiente, estagiários, estrutura, equipamentos, custeio de despesas
110 fixas. Os estagiários são profissionais em formação que contribuem na gestão e estão presentes
111 nas três políticas no que diz respeito aos sistemas de informação e no cumprimento das
112 condicionalidades. Relatou a previsão da aplicação dos recursos em 2021: para manutenção da
113 estrutura de gestão do Bolsa Família e Cadastro Único, com despesas permanentes durante os 12
114 meses: na assistência social (energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa, telefonia
115 celular, profissionais de serviços gerais, correios, internet GPON, internet Wifi; pagamento de
116 trabalhadores temporários e de horas extras para servidores e temporários, tanto durante a
117 semana, quanto nos sábados, considerando além da pandemia, aqueles que não têm condições de
118 comparecer durante a semana; estagiários – em até 70; equipamentos, mobiliário, materiais para
119 a AS e em menor escala para a Saúde; cartão transporte; camisetas com identificação; banner,
120 crachás e placa de identificação; material de expediente; capacitação). Concluiu a apresentação
121 e agradeceu a atenção. A presidenta Soraya abriu para o debate, deixando o indicativo de que



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

122 todos e todas que precisarem de esclarecimentos ou tiverem dúvidas poderão apresentar os
123 questionamentos. A conselheira Edsonia solicitou fala. Agradeceu à Meiri pela exposição e
124 ressaltou a importância da atuação dela e do Rodrigo na Gerência de Transferência de Renda -
125 GTR, que tem que conduzir os trabalhos para garantir o acesso e o atendimento. Referiu que as
126 horas extras são para servidores estatutários e temporários e que, em razão disso, no material
127 deve ser colocado que são somente para servidores, a fim de não restringir a um ou outro vínculo.
128 Lembrou da necessidade de constar no plano a destinação dos 3% para o apoio às ações do
129 conselho e que o conselho, depois, precisa fazer o seu planejamento e enviar para a SMAS.
130 Sandra Nishimura solicitou a fala e referiu-se aos dados apresentados do Cadastro Único e do
131 Bolsa Família. Arguiu se já houve o debate no CMAS sobre a proposta do Governo Federal de
132 alterar a forma de gestão por meio de aplicativos. Sugeriu que o CMAS se manifeste junto ao
133 Governo Federal pela não concordância com a proposta de mudança, tendo em vista que os
134 atendimentos presenciais do Cadastro Único são instrumentos de oitiva de demandas e de
135 possíveis encaminhamentos para as políticas públicas. Soraya agradeceu e continuou as
136 inscrições. A conselheira Gisélia pediu a palavra. Cumprimentou Meiri e relatou que na reunião
137 da comissão foi feita a sugestão de se mencionar os valores previstos para as finalidades
138 apresentadas. Considerou que, da forma como foi colocado não dá pra ter uma ideia dos gastos
139 mensais. Reafirmou que há a necessidade dos valores, nem que sofram alterações. O conselheiro
140 Carlos propôs a implantação de um 0800 para atendimentos afetos ao Cadastro Único, sendo-lhe
141 informado que houve essa tentativa, mas que esta não obteve êxito. Soraya voltou a palavra para
142 a equipe da diretoria de Proteção Social Básica e Gerência de Transferência de Renda – Edsonia,
143 Meiri e Rodrigo. Edsonia ratificou o posicionamento da Sandra Nishimura e manifestou-se pela
144 importância de ação do CMAS junto ao Governo Federal e Ministério Público Federal,
145 considerando a preocupação quanto ao cadastro por aplicativo. Informou que, embora não tenha
146 sido falado o valor, em algum slide acredita que a informação sobre o quanto se tem recebido de
147 IGD deva ser inserida. Justificou o motivo de não ter sido incluído no Plano o valor das despesas,
148 avaliando que sua inserção amarra qualquer outro montante a novas aprovações do conselho e
149 que poderia haver a aprovação com o compromisso de se respeitar a finalidade da utilização e de
150 informar periodicamente o conselho sobre a execução dos recursos. Mesmo assim,
151 comprometeu-se a fazer a apresentação mais detalhada numa próxima reunião. A conselheira
152 Gisele sugeriu que se fizesse o envio do Plano Intersetorial ao Estado da forma como foi
153 apresentado para que não se corresse o risco de ter que retomá-lo em todas as circunstâncias em
154 que alguma mudança de valores ocorresse. Isso não impede de se apresentar no conselho um
155 maior detalhamento numa outra reunião. Meiri retomou que concorda com a sugestão da Sandra
156 Nishimura, uma vez que as coisas têm sido faladas e não chegou nada formal ainda. Combinou-
157 se que na próxima reunião serão apresentadas as estimativas de aplicação de recursos e será
158 definida uma periodicidade de acompanhamento dos gastos estimados. Será remetido à Diretoria
159 de Gestão Administrativa e Financeira da Secretaria Municipal de Assistência Social para que
160 organize as informações sobre os gastos ao conselho. Quanto à manifestação do conselho sobre
161 o aplicativo, definiu-se a proposta de encaminhar para a comissão de benefícios, a fim de que
162 debata, se manifeste e traga uma sugestão de texto. O conselheiro Carlos solicitou retorno da



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

163 conselheira Gisélia sobre a demanda que colocou na reunião das comissões, acerca das consultas
164 e cirurgias eletivas. A conselheira esclareceu que todas estas foram suspensas em razão da
165 pandemia, tendo sido retomadas apenas no final do ano de 2020, porém nem todas. Informou que
166 em razão disso estão mais demorados os encaminhamentos. Soraya sugeriu enviar solicitação ao
167 Conselho Municipal de Saúde dessa demanda. Carlos concordou, tendo em vista não se poder
168 deixar de manifestar esse clamor, em nome das pessoas que têm mais dificuldades, a exemplo
169 dos idosos. Após as discussões relatadas, a presidenta colocou as matérias debatidas em votação.
170 A prestação de contas 2020 foi aprovada por unanimidade e o Plano Intersetorial 2021 foi
171 aprovado com uma abstenção. Seguindo a pauta, foi iniciada a discussão do item 6. Vacinação
172 para trabalhadores do SUAS. Soraya contextualizou a questão, informando que foi minutado um
173 documento para a Secretaria de Saúde e, ainda, a proposta de uma reunião com o Secretário. A
174 Secretária Executiva do Conselho, Selma, fez a leitura da minuta. Soraya informou que a
175 assessora do Secretário de Saúde receberá a mesa diretora do CMAS no dia seguinte (25/02), às
176 10h00 na Secretaria de Saúde, tendo ficado definido que Gisele e Cláudio irão. A secretária
177 municipal de assistência social – Jacqueline Micali pediu a palavra. Cumprimentou a mesa
178 diretora do conselho por ter pautado o tema da vacina e disse que tem feito essa gestão junto à
179 Saúde também, inclusive com o encaminhamento de documento pelo sistema SEI com a
180 demanda da vacinação para todos os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS. Referiu que está
181 sendo debatido com a Saúde a precedência de vacinação para as equipes que não têm opção de
182 teletrabalho, como a Abordagem Social, o Acolhimento, o Centro POP, o Cadastro Único, por
183 exemplo. Sugeriu que se fizesse a proposta de um planejamento e um cronograma com as
184 categorias profissionais que estão atendendo diretamente ao público, pois considerando que não
185 há doses de vacinas disponíveis, tem dúvidas se o município pode fazer diferente do plano
186 nacional. Sugeriu a ênfase na solicitação da vacina, pela essencialidade da política e informou
187 que foi feita reunião com a comissão de Seguridade Social da Câmara e um dos temas tratados
188 foi o da vacina. Jacqueline relatou que também o Ministério Público está se voltando para essa
189 questão. Houve a sugestão de encaminhar também o ofício a esse órgão. Os encaminhamentos
190 relativos a esse ponto foram aprovados. O conselheiro Carlos solicitou que este conselho
191 avaliasse a possibilidade de sua participação na reunião com o Secretário, não tendo havido
192 manifestação em contrário. Findada essa discussão, passou-se ao Relato de Comissões. Comissão
193 Organizadora da Conferência – Soraya retomou os principais pontos discutidos na reunião
194 ocorrida no dia anterior. Informou que o município já havia se manifestado com o compromisso
195 de realizar a conferência, e que naquela ocasião a esfera federal ainda não havia estabelecido que
196 a realizaria neste ano, o que aconteceu agora. Relatou que, com a permanência da pandemia,
197 definiu-se pela realização da conferência de forma híbrida – de duas formas: remota, com pontos
198 de apoio presenciais descentralizados como ocorreu na Audiência Pública (em unidades
199 governamentais e não governamentais), com a previsão de tempo reduzido de permanência e, no
200 máximo, 10 pessoas em cada local, a depender da disponibilidade de espaço. A ideia é que
201 aconteça uma palestra sobre o tema central da Conferência, conforme a convocação nacional.
202 Também é proposto um momento de discussão, com a participação de trabalhadores e usuários
203 no primeiro dia. No segundo dia a discussão das propostas e prioridades para a gestão do CMAS



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Bandeirantes, 379 – Vila Ipiranga
CEP: 86.010-020 – Londrina – PR
(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

204 e, no terceiro dia a eleição dos novos conselheiros. O tema proposto pelo Conselho Nacional de
205 Assistência Social é: Assistência social: Direito do Povo e Dever do Estado, com financiamento
206 público para enfrentar as desigualdades e garantir a proteção social. Propõe-se realizar pré-
207 conferências, por serviços. A proposta é de que a conferência aconteça nos dias 27, 28 e 29/07
208 (terça, quarta e quinta-feiras), das 8h30 às 11h30, mas ainda está por se definir o melhor horário.
209 Haverá a necessidade de suporte tecnológico, que está sendo viabilizado por meio de setor da
210 Prefeitura Municipal de Londrina, tanto para a votação das propostas, quanto para a eleição.
211 Também nas pre-conferências é necessário definir como os delegados votarão e poderão ser
212 votados. A equipe de sistematização condensará as deliberações da última conferência para uso
213 nas pré-conferências. Finalizado esse relato, Soraya abriu para sugestões e apontamentos,
214 colocando os pontos em votação. Quanto aos dias, horários e programação: aprovado; quanto às
215 pré-conferências realizadas pelos serviços, com no máximo 10 pessoas: aprovado. Proposta
216 também uma pré-conferência virtual para os usuários, demanda que precisa ser levantada, além
217 de orientação para os mediadores das pré-conferências. Encerrada essa discussão, Soraya passou
218 a palavra para a conselheira Angela, que falou sobre a participação no Plano Diretor, referindo
219 que poucos conselhos estão representados e sinalizando que há dificuldades na participação e na
220 organização quanto às demandas dos usuários e da política. Avaliou que é necessário maior
221 aprofundamento em relação aos conteúdos a fim de que ela e Carlos estejam mais habilitados
222 para a participação. Finalizado esse informe, foi trazida a informação sobre o Cartão alimentação.
223 Esse cartão se constitui numa alternativa de benefício eventual que permite a realização de
224 compras pelos beneficiários nos mercados credenciados. Sua operacionalização se dará por uma
225 empresa, que já está cadastrando os mercados, conforme regras do edital. Os estabelecimentos
226 devem estar, num raio máximo de 3 Km dos CRAS e devem ser vários. O valor do benefício é o
227 mesmo do BEE, ou seja, de R\$ 91,00 ou R\$ 182,00. Estão sendo finalizados os trâmites para a
228 operacionalização, restando algumas etapas. Soraya perguntou sobre previsão. Edsonia
229 manifestou que está acontecendo uma aproximação com a empresa – que está se apropriando das
230 questões específicas do benefício e a equipe da Secretaria também está se apropriando das formas
231 de operacionalização. Gisele informou que há pessoas já se aproveitando dessa nova forma de
232 operacionalização para disseminar fake news sobre o assunto e que é importante ficarmos
233 atentos. A conselheira Angela sugeriu que se fizesse um comunicado sobre isso. Em relação ao
234 ponto 8. Recomposição das Comissões, definiu-se que as conselheiras Thaís (CEPAS) e Ordália
235 passariam a compor a comissão de fundo. Salientou-se que houve apontamento de que também
236 faltam representantes governamentais. Será retomada essa questão na próxima reunião, com a
237 apresentação dos conselheiros que não estão em comissões e quais comissões precisam de novos
238 integrantes. Finalizados os pontos de pauta propostos e, nada mais havendo a tratar, a presidenta
239 Soraya de Paula Garcia de Campos deu por encerrada a reunião às 17h08 e eu, Gisele de Cássia
240 Tavares, segunda secretária deste conselho, lavrei a presente ata que deverá ser submetida à
241 aprovação plenária.